

ACORDOS COMERCIAIS, ECONOMIA FECHADA E BRASIL: ALGUMAS OBSERVAÇÕES

Ricardo L. C. Amorim¹

Resumo: Os acordos de livre comércio tem se multiplicado ao redor do mundo, prometendo mudanças nos fluxos econômicos internacionais. E o Brasil tem ficado de fora. Cabe, então, perguntar: a economia brasileira deve ser considerada fechada? Para responder a esse questionamento, o trabalho discute, primeiro, as teses liberais que permitem a muitos economistas defender o livre comércio. Em seguida, apresenta um contraponto que nega ser o Brasil um país avesso às trocas internacionais. O texto defende que economia brasileira já é internacionalizada e, portanto, não será a simples abertura comercial que melhorará o desempenho e a produtividade da estrutura produtiva. O país precisaria, na verdade, reposicionar-se nos fluxos econômicos internacionais, alcançando patamares cada vez mais altos de valor agregado em suas exportações. Isso, no entanto, é uma construção e esta se faz com planejamento e políticas industriais e de comércio exterior integradas.

Palavras-chave: Brasil; Comércio exterior; Acordos comerciais; Economia fechada; Economia internacionalizada.

TRADE AGREEMENTS, CLOSED ECONOMY AND BRAZIL: SOME COMMENTS

Abstract: Free trade agreements have multiplied around the world, promising changes in international economic flows. And Brazil has not signed almost none of them. In this way, it is necessary to ask: the Brazilian economy should be considered closed? To answer the question, this work presents, firstly, the liberal thesis that allows many economists advocate free trade. Then, secondly, it discusses a counterpoint which denies that Brazil is a country averse to international trade. The text argues that the Brazilian economy is already internationalized and, therefore, will not be the simple free trade that will improve the performance and productivity of the industries. The country would need, in true, reposition itself in the international economic flows, reaching ever higher levels of value-added to exports. This, however, is a construction and it is done by planning and by industrial and trade policies integrated.

Keywords: Brazil; Foreign trade; Trade agreements; Closed economy; Internationalized economy.

¹ Doutor em Desenvolvimento Econômico pela Universidade Estadual de Campinas e economista da Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI). Foi pesquisador do IPEA e diretor do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. As opiniões expressas no texto são particulares e não refletem o pensamento de qualquer instituição ou governo. E-mail: rlcamorim@gmail.com

1. INTRODUÇÃO

O debate sobre acordos de livre comércio e o relativo isolamento da economia brasileira ganharam espaço nos jornais nesta década. O crescimento econômico do país, seguido de problemas já considerados antigos, trouxe a baila dificuldades na balança comercial que reacenderam preocupações e direcionaram os holofotes para a inserção brasileira nos fluxos econômicos globais.

O momento político e social do país, no entanto, gerou muita paixão e o debate apareceu um pouco nublado, misturando elevada carga científica e também flagrantes afirmações preconceituosas ou interessadas. Assim, a polêmica sobre o papel do Brasil na produção e no consumo mundiais e os ganhos e perdas resultantes das posições assumidas convergiram para um problema: a economia brasileira deve ser considerada fechada? Se sim, um grupo afirma ser preciso abri-la o mais rápido possível, pois o país pode estar perdendo o ‘bonde da história’, num período de amplos acordos regionais de livre comércio. Se não, outro grupo julga que a simples abertura ao livre comércio pode mesmo ter apenas efeitos perversos, agravando o subdesenvolvimento nacional com todas as suas consequências. De todo modo, a maioria dos economistas concorda que mais comércio é benéfico. A dúvida é qual a forma de consegui-lo.

Por isso, este trabalho debruça-se sobre a já enunciada questão: a economia brasileira deve ser considerada fechada? Dependendo da resposta aceita para esta pergunta, governo, homens de negócios e especialistas costumam propor políticas econômicas, industriais e de comércio exterior que tem o poder de levar o Brasil por caminhos muito diferentes de desenvolvimento. Daí a necessidade de enfrenta-la.

Para tanto, o texto está dividido em quatro seções, além desta introdução. Na primeira, apresentam-se as preocupações recentes surgidas com os acordos de livre comércio que tem pipocado em todo o globo. Na segunda, discute-se a base teórica que permite aos liberais defender o livre comércio. A terceira seção faz um contraponto à visão liberal e afirma que o Brasil já é uma economia internacionalizada e, portanto, não pode ser considerada fechada. Por fim, nos comentários finais, faz-se um balanço da discussão e propõe-se uma hipótese para explicar os números.

2. O LIVRE COMÉRCIO E OS ACORDOS COMERCIAIS

O livre comércio é defendido há séculos pela corrente dominante do pensamento econômico. Desde Adam Smith, em 1776, com a “Riqueza das Nações”², teoriza-se sobre as vantagens de extinguir-se as restrições aos agentes privados de países diferentes para que realizem trocas comerciais. Os argumentos favoráveis sustentam-se na hipótese de que a abertura comercial de uma economia deve lavá-la ao uso mais eficiente de seus recursos devido à competição e aos novos estímulos gerados pela mudança nos preços relativos. Assim, dado o maior rendimento e produtividade dos seus fatores de produção, a nação poderá alcançar maior nível de consumo e, por consequência, elevar seu bem estar. Em resumo, a tese liberal acredita que o livre comércio internacional pode *per si* melhorar o desempenho de uma economia e a vida das pessoas.

Parte importante do debate atual sobre o comércio internacional ainda orbita esta tese liberal com maior ou menor ênfase. As defesas que se fizeram a pouco mais de 20 anos do chamado processo de globalização (Chesnais, 1996) encontram, hoje, argumentos similares, apenas vestidos em roupas mais vistosas e sofisticadas³. É o caso, por exemplo, do novo conceito, quase uma moda, das **cadeias globais de valor**.

Em 2012, a OCDE publicou o estudo “*Mapping Global Value Chains*” onde, por meio de vários indicadores, produz um retrato interessante sobre o tema. Destaca-se dali algo já conhecido, mas confirmado pelos números apresentados pela OCDE:

“Today, more than half of world manufactured imports are intermediate goods (primary goods, parts and components, and semi-finished products), and more than 70 percent of world services imports are intermediate services.” (OCDE, 2012: 4)

Como a própria entidade afirma, isto se deve à patente fragmentação da produção e a emergência das cadeias globais de valor. Mais do que isso, analisando as trocas ao redor do mundo e, portanto, não restritas à Ásia e países ricos, percebe-se, ainda segundo a OCDE (2012), que

“successful emerging economies have become more specialized in intermediate inputs and generally increased their ‘upstreamness’. This can be seen in particular in Asia (with China, Malaysia, the Philippines and Singapore), as well as in the Americas (with Chile).” (OCDE, 2012: 5)

² Na verdade, já desde os fisiocratas franceses encontra-se a defesa do livre comércio como superior às formas de inserção internacional.

³ Não será discutido, neste trabalho, a controvérsia a cerca do conceito de globalização e, principalmente, sobre o proclamado crescente grau de interação e até interdependência entre as economias nacionais. Cabe apenas lembrar, todavia, que o tema está muito longe de gerar alguma convergência e a diferença entre economistas neoliberais e heterodoxos, aqui, é, provavelmente, irreconciliável.

Ou seja, aumentou a liberdade comercial nas últimas décadas e seu crescimento parece inevitável e moderno, redefinindo fluxos econômicos, papéis produtivos entre as nações e o estreitamento da interdependência entre elas. De outro modo, o esforço produtivo das grandes empresas para alcançar eficiência e atingir consumidores parece exitoso, segundo a OCDE (2012), para os países que ousaram livrar-se dos interesses particularistas internos e buscaram transformar-se.

Neste contexto, organismos internacionais como a Organização Mundial do Comércio (OMC) reforçam, através da negociação contínua, a mobilização em favor da redução do número e do impacto das restrições nacionais à livre troca de bens e serviços entre nações⁴. O caminho da negociação multilateral revelou-se, no entanto, um processo lento, caro e muito difícil, retratado nas inúmeras reuniões realizadas para se chegar a um acordo na Rodada Uruguai (1986-1994) e na atual, ainda não terminada, Rodada Doha (início em 2001).

Os conflitos criados por negociações coletivas e regradas, frente aos interesses de poderosas nações, estimularam que alguns países procurassem os acordos regionais como forma de acelerar a marcha de acesso a mercados, incluindo neles cláusulas sobre investimentos, propriedade intelectual e compras públicas. Temas de tratamento difícil dentro de organismos multilaterais como a OMC.

O número crescente desses acordos e a conclusão recente de um dos mais importantes tratados comerciais já vistos, o *Trans-Pacific Partnership* (TPP)⁵, fortaleceu a preocupação de alguns economistas, entidades empresariais e centros de pesquisa sobre a integração do Brasil nesse novo fluxo de comercial que se desenha no mundo⁶.

Essa preocupação de especialistas, de gente de governo e de negócios é justificável. Alguns acordos e o próprio TPP estão sendo negociados fora dos fóruns multilaterais da OMC, escapando a lógica de veto exercido, marcadamente, por nações menos favorecidas e, por vezes, pobres. A este movimento preocupante, somam-se dois outros que merecem igualmente atenção. O primeiro é que acordos comerciais regionais podem gerar desvio de

⁴ “When IMF and the GATT were created, during the 1940s, the Exchange rate system was the gold-dollar standard. The GATT was designed to create rules towards the liberalization of the trade while IMF was established to supervise exchange rate policies and safeguard the balances of payment of its parts” (Thorstensen et al, 2014). A OMC, órgão derivado do acordo GATT, manteve a preocupação e objetivo original.

⁵ O *Trans-Pacific Partnership* (TPP), mega-acordo comercial entre Estados Unidos e outros países do Pacífico, exceto a China. Além do TPP, há outra negociação em andamento que pode revelar-se ainda mais importante para os fluxos mundiais de comércio nos próximos anos: o *Transatlantic Trade and Investment Partnership* (TTIP), mega-acordo comercial entre Estados Unidos e União Européia.

⁶ Ver por exemplo o evento *I CACI – Conferência Anual de Comércio Internacional*, realizado entre 02 e 03 de setembro de 2015, na EESP da Fundação Getúlio Vargas. Ali foram expressas preocupações e alguns, como Prof. Lucas Ferraz (CCGI-FGV), expuseram posição favorável ao engajamento do país no processo de abertura comercial e integração em acordos de livre comércio. Para detalhes, ver: <http://ccgi.fgv.br/en/i-caci-%E2%80%93-confer%C3%A2ncia-anual-de-com%C3%A9rcio-internacional-0>.

comércio, isto é, troca simples de um antigo país fornecedor dos mais diversos produtos e serviços por outro, integrante do acordo. É claro que o Brasil, ao participar de poucos acordos internacionais de livre comércio, pode sofrer com desvios de comércio. O segundo, mais grave, é o emergente padrão privado de regulação comercial, onde grandes empresas de blocos de países, marcadamente dos mais ricos, podem combinar requisitos mínimos para permitir que determinados produtos sejam importados pelas nações que integram o acordo. Esses requisitos privados, ao não dependerem dos governos, estão fora do alcance dos mecanismos de solução de controvérsias disponíveis na OMC. Assim, se uma regra discriminatória ou de interesse apenas regional for combinada entre as empresas de países membros dos blocos, as demais nações podem ser impedidas de acessar mercados importantes (Amaral, 2013). Mesmo que o padrão privado implique em competição desleal, nada se pode fazer no âmbito da OMC.

A esses problemas, somam-se as questões particulares do Brasil. Por exemplo, desde os anos 1980, a estrutura produtiva brasileira enfrenta embaraços graves em razão do atraso relativo, particularmente quando se observa as tecnologias que começaram a ganhar espaço nas fábricas dos países mais ricos (Amorim, sd). Hoje, de maneira muito intensa, a indústria localizada no país sofre com problemas de produtividade e, pior, perdeu significativo de espaço no consumo aparente nacional (CNI, 2014).

A solução para essas dificuldades estaria, segundo economistas próximos ao pensamento liberal, na união entre maior exposição à competição internacional e políticas econômicas horizontais, capazes de dar ao capital estímulo e estabilidade dentro de um horizonte razoável de planejamento. Enfim, unir competição internacional e segurança ao investimento. Isso só seria alcançado por:

“(...) política fiscal austera; controle de inflação; incentivo à poupança; estabilidade econômica e política; defesa do direito à propriedade; sistema judiciário eficiente; redução dos custos de logística; educação e qualificação de mão de obra; programas visando medir a qualidade e a competitividade do setor industrial; regulação das concessões de serviços públicos e investimento em capital humano e infraestrutura.” (Coronel et al, 2014: 106)

A competição, ainda segundo analistas próximos ao pensamento liberal, poderia ser forçada através da abertura do Brasil ao livre comércio, algo relativamente fácil de alcançar: bastaria a multiplicação da adesão brasileira aos diversos acordos comerciais já existentes ao redor do mundo. Já o caso das políticas horizontais é mais complexo. Trata-se de realizar um esforço interno capaz de gerar um pacto político favorável à maior igualdade de oportunidades, meritocracia e austeridade das contas do Estado.

Chama a atenção, porém, que a ênfase no aumento da competição, através da abertura comercial do país a produtos, padrões e investimentos estrangeiros, embora lógica, pressupõe, também logicamente, que a economia nacional seja pouco permeável às importações e avanços técnicos ocorridos no resto do mundo. Em outras palavras, é preciso acreditar que a economia brasileira é fechada. Só assim é possível afirmar que o isolamento relativo do país é a razão da perda, ao longo das últimas décadas, da capacidade de competir com bens e empresas do exterior. Dentro dessa suposição, o resultado seria o quadro atual, onde o Brasil sofreria um processo de perda da dinâmica industrial, crescimento lento da produtividade e perda de participação na formação do PIB (Amorim, 2015).

O pressuposto da economia fechada, todavia, parece não encontrar respaldo em números da realidade, surgindo mais como retórica liberal do que uma hipótese sustentada em dados. Diante disso, é preciso negar a hipótese de que o Brasil é uma economia relativamente isolada.

Para enfrentar o desafio, entretanto, é útil discutir o que, técnica ou retoricamente, sustenta o discurso liberal em favor do livre comércio e sua insistência na necessidade de o Brasil ser mais aberto às trocas internacionais. Esse é o assunto da próxima seção.

3. AS JUSTIFICATIVAS PARA O LIVRE COMÉRCIO INTERNACIONAL

O fechamento dos acordos de livre comércio ao redor do mundo colocou novamente em pauta a hipótese de que o Brasil é uma economia fechada⁷. Valls (2010), por exemplo, reclama das elevadas tarifas *ad valorem* cobradas das importações. Também, o IBRE (2013), da Fundação Getúlio Vargas, acredita ser o país pouco permeável às trocas internacionais, dificultando a competição pelo mercado nacional e impedindo a pressão modernizadora sobre o parque fabril do país. Com isso, salienta o IBRE (2013), discutindo os números que apontam a baixa participação do comércio exterior na formação do PIB brasileiro, preocupa o futuro da economia nacional frente a um mundo que se internacionaliza e se torna cada vez mais interdependente.

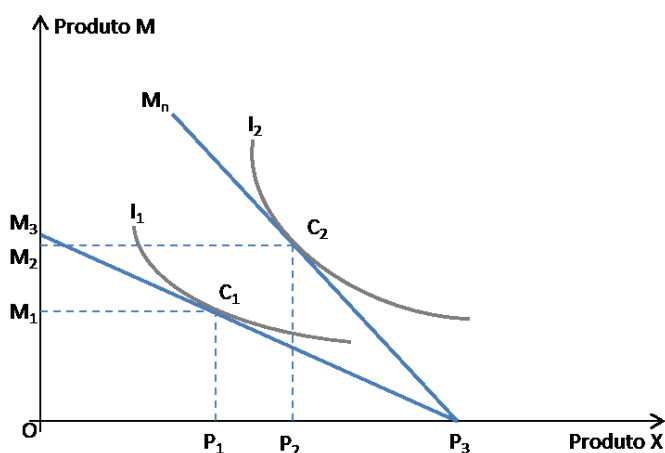
A justificativa em defesa do livre comércio, entre economistas liberais, assenta-se na visão ortodoxa de que todo país possui vantagem comparativa em relação a outro e, por isso, é sempre benéfico comerciar sem restrições. Para entender essa visão, é interessante, primeiro, observar o que diz a tese ortodoxa sobre as vantagens comparativas e, depois, seu enfoque

⁷ Cabe lembrar que, na Europa, o acordo TTP está longe de ser unanimidade entre a população europeia. Sobre a resistência ao acordo, ver CANONNE e TYSZLER (2015).

mais moderno, a partir do teorema de Heckscher-Ohlin. Por exemplo, segundo os ortodoxos, se houver um país qualquer, pequeno ou grande, não importa se seus custos de produção são maiores ou menores do que os de outros países. Ainda assim será benéfico para essa economia franquear seu mercado ao comércio internacional. Por quê?⁸

Imagine uma economia pequena S que produz dois bens transacionáveis entre nações. O único fator de produção é o trabalho (L). Assim, de acordo com a tecnologia disponível neste país⁹, o custo de produção de um bem X , intensivo em trabalho, é l_x e o de produção do bem M é l_m . De acordo com essas definições, a figura 1 mostra que o país pode optar por utilizar todos os seus fatores de produção na fabricação de X , produzindo a quantidade P_3 (L/l_x). Ou, contrariamente, dispender todos os seus fatores na produção de M , gerando M_3 (L/l_m). A curva P_3M_3 é fronteira de possibilidade de produção da economia pequena¹⁰. A curva de indiferença I_1 define o ponto (C_1), onde será realizada a produção do país, caso não haja comércio exterior.

Figura 1 – Resultado da abertura comercial, segundo as vantagens comparativas



Fonte: Williamson (1988), com alterações.

Se passar a existir comércio internacional livre, os resultados para a economia do país pequeno serão bem diferentes. Para isso, suponha uma economia grande B que possui custos maiores na produção dos dois bens, X e M . Seja l_x^* e l_m^* os custos de produção dos bens X e M respectivamente na economia grande. Logo, $l_x < l_x^*$ e $l_m < l_m^*$. Sendo B uma economia grande e S pequena, os preços de B predominarão na relação comercial entre elas.

⁸ Este trecho está baseado em Williamson (1988).

⁹ A tecnologia disponível possui rendimentos constantes de escala.

¹⁰ A fronteira de possibilidade de produção é uma reta devido a existir apenas um fator de produção (trabalho) e estar suposto que haja rendimentos constantes de escala.

A teoria das vantagens comparativas afirma que, para o comércio entre os países ser vantajoso para ambos, basta que os preços internos para se produzir bens em cada nação, quando comparados, sejam diferentes, isto é: $\frac{l_x}{l_m} \neq \frac{l_x^*}{l_m^*}$. Assim, por exemplo, se os preços internos comparados na economia grande forem maiores do que os da economia pequena, isto é $\frac{l_x^*}{l_m^*} > \frac{l_x}{l_m}$, e não havendo custos de transporte, fica clara a vantagem da economia pequena abrir-se ao livre comércio internacional, pois ela possui uma vantagem comparativa na produção de X. De outro modo:

1. o fato de **B** ser grande informa que serão os seus preços os dominantes nas trocas entre os dois países;
2. os preços internos comparados dominantes, pertencentes a **B**, são mais elevados dos que os vigentes em **S**. Isso implica que há um custo de oportunidade, sobre o qual **S** pode abrir mão de menor quantidade de M para cada unidade de X, intensivo em trabalho, que decidir fabricar a mais;
3. mas o preço que passa a vigorar é $l_x^* > l_x$, portanto, a fronteira de possibilidade de produção de **S** altera sua inclinação, tornando-se mais íngreme;
4. Logo, é vantagem para **S** dirigir todos os seus fatores de produção para a fabricação de X e vender para **B**;
5. com isso, **S** não mudará sua fronteira, mas dados os novos preços relativos, estará frente a frente a uma nova curva de restrição orçamentária (P_3M_n) e, com isso, ao vender sua produção de X, poderá consumir o bem M numa quantidade que não conseguiria produzir aos seus preços internos.

Essa vantagem expressa-se na ascensão à uma curva de indiferença mais elevada, I_2 , permitindo que o país alcance maior nível de bem estar (C_2). Deste modo, **S** terá acesso a maior quantidade do bem X e do bem M e tudo devido a abertura comercial que, ao alterar os preços relativos, alterou os incentivos e fez o país usar seu potencial mais eficientemente. Algo possível apenas se houver livre comércio internacional.

A teoria desenvolvida com apenas um fator de produção, todavia, não era suficiente para explicar a sofisticação crescente do comércio internacional. Era evidente, havia muito tempo, que as dotações de diversos recursos, além do trabalho, e ainda outras características eram diferentes entre as nações e parte das trocas entre países parecia sustentar-se sobre essas

diferenças. Um modelo que desse conta dessa diversidade surgiu, contudo, apenas na primeira metade do século XX, a partir de dois economistas suecos, Eli Heckscher e Bertil Ohlin¹¹.

Buscando explicar as razões da existência de vantagens comparativas entre as nações, os dois pesquisadores formularam um modelo que, enxergando as diferenças nas dotações de fatores de produção em cada país, permitiu reformular a explicação ortodoxa e reafirmar que o livre comércio é sempre benéfico às nações. Assim, partindo de algumas suposições do modelo anterior, como¹²:

1. economia pequena (**S**) tomadora de preços internacionais;
2. as funções de produção apresentam retornos constantes de escala;
3. não há custos de transporte e o comércio é livre.

Acrescenta-se novas (modelo 2x2x2):

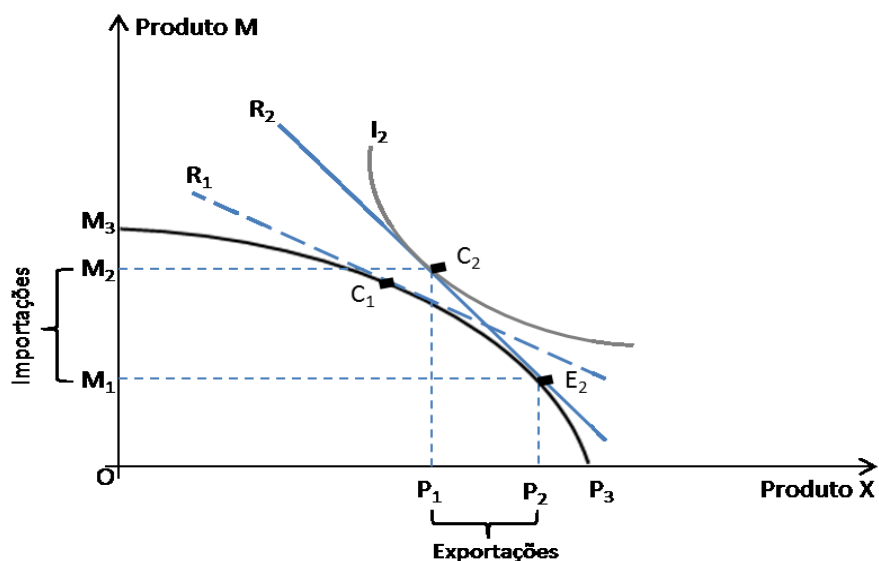
1. as funções de produção utilizam, agora, trabalho (**L**) e capital (**K**);
2. **L** e **K** estão disponíveis nos países em quantidade diferentes;
3. as tecnologias de produção são as mesmas nos dois países.

O fato das dotações de fatores serem diferentes permite afirmar que um país abundante em trabalho em relação ao capital disponível, por exemplo, tem custo menor na produção de bens intensivos neste fator, gerando, portanto, uma vantagem comparativa em relação a outro país com mão de obra escassa em relação ao capital existente. Com isso, se o país pequeno, **S**, possuir vantagem relativa na produção de X, intensivo em trabalho, e puder realizar trocas livres com o país grande, **B**, que, devido a sua escala, é formador de preços, então, sua posição de produção será alterada em relação à posição sem comércio internacional e seu consumo será expandido. O processo fica claro com a figura 2.

¹¹ Heckscher foi o orientador da tese de doutorado de Ohlin, onde essa discussão foi exposta.

¹² As premissas detalhadas estão em Williamson (1988).

Figura 2 – Resultado da abertura comercial, segundo o teorema de Heckscher-Ohlin



Fonte: Williamson (1988), com alterações.

Seja P_3M_3 a fronteira de possibilidade de produção (fpp) da economia S . Enquanto não havia comércio, a mais alta curva de indiferença que tangenciava a fpp, no ponto C_1 , informava os preços internos de equilíbrio. É sabido que esses preços de equilíbrio informam os preços relativos, isto é, p_x/p_m , que se traduz na inclinação da curva R_1 .

Quando S abre-se ao comércio internacional e os preços internacionais dominam as trocas do país, descobre-se que, devido à relativa escassez de L no país B , os preços relativos de X neste último são maiores, ou seja, $\frac{p_x}{p_m} < \frac{p_x^*}{p_m^*}$. Assim, a inclinação da curva de preços relativos altera-se, tornando-a mais íngreme, tal como representado pela curva R_2 . Com isso, os bens X que S produz podem ser vendidos a B pelos preços de B , mais altos, deslocando fatores da produção de M em direção à X . Ou seja, o novo ponto da fronteira de possibilidade de produção que será ocupado em S será E_2 . A maior produção de X destina-se à exportação de S para B . E essa maior exportação aos preços de relativos de B permite que o país importe, elevando o consumo de M .

A quantidade a ser importada será definida pela preferência dos habitantes de S , representada pela curva de indiferença mais alta que se pode alcançar aos novos preços relativos, R_2 . Logo, o maior nível de bem estar que S pode obter situa-se no ponto C_2 .

O resultado, portanto, será que S produz a quantidade P_2 de bens X e M_1 de M . Sua preferência, todavia, indica que, aos novos preços relativos, só interessa aos habitantes consumir P_1 de X . A diferença será exportada. C_2 informa, porém, que a população quer

consumir M_2 de M . A diferença terá de ser importada. E é com o dinheiro percebido das exportações de X que será financiada as importações de M ¹³. De outro modo, de acordo com o modelo de Heckscher-Ohlin, o país S reformula sua cesta de produtos, exportando o bem intensivo em seu fator abundante, e importando aquilo que lhe é relativamente mais caro produzir internamente. Resultado, o país alcança uma curva mais alta de indiferença e eleva seu bem estar social. Isso tudo graças ao livre comércio internacional.

A teoria das vantagens comparativas, mesmo em sua versão Heckscher-Ohlin, foi, contudo, ainda no século XX, alvo de duras críticas e diversos autores afirmaram que seus pressupostos estavam longe demais da realidade capitalista moderna. Críticos heterodoxos, como os cepalinos clássicos, observaram, por exemplo, que as vantagens comparativas, além de ser uma análise estática, não compreende a estrutura produtiva dos países periféricos e, portanto, é incapaz de perceber que o processo dinâmico em direção à especialização, marcadamente em bens simples, de baixo valor agregado, conduz as nações à deterioração dos termos de troca, a baixa acumulação de capital e a incapacidade de absorver contingentes crescentes de trabalhadores em setores de alta produtividade e rendimento (Amorim, 2002). De outro modo, condena as nações pobres a permanecerem subdesenvolvidas.

No campo mais próximo do pensamento liberal, Krugman (1981) chamou a atenção para as contradições entre o que o modelo de Heckscher-Ohlin previa e os acontecimentos da economia mundial desde o fim da II Guerra Mundial. O autor repara, por exemplo, que há comércio intenso entre países ricos, cujas dotações de fatores de produção são semelhantes, quando o modelo sugeria que esse comércio deveria ser pequeno. Em seguida, Krugman aponta que há troca de produtos parecidos entre países e o modelo dos economistas suecos previa que a troca deveria prevalecer entre produtos essencialmente diferente. Também Porter (1989) reparou que as vantagens comparativas já não respondiam a um mundo onde o capital se movimentava entre países e os ganhos de escala são amplamente reconhecidos.

O resultado obtido por Wassily Leontief ao tentar verificar o teorema de Heckscher-Ohlin é, no entanto, a crítica mais importante (Krugman e Obstfeld, 2001). O chamado ‘paradoxo de Leontief’ nasce da aplicação da matriz de insumo-produto ao comércio exterior estadunidense, de onde se esperava encontrar, de acordo com Heckscher-Ohlin, uma significativa concentração de exportações intensivas em capital ao mesmo tempo que, nas importações, deveria ser percebido concentração nas compras de bens intensivos em trabalho.

¹³ “Como a inclinação da linha $[R_2]$ representa os termos de troca, isto é, o preço das exportações em termos das importações, o valor das exportações é igual ao das importações” (Williamson, 1988: 38).

O resultado, no entanto, mostrou que “(...) *as exportações norte americanas eram menos intensivas em capital que as importações norte americanas*” (Krugman e Obstfeld, 2001: 85).

Em suma, mesmo lógica e, em muitos momentos, intuitiva, a teoria das vantagens comparativas, mesmo em sua versão Heckscher-Ohlin, quando testada, apareceu falseada pela realidade. De outro modo, a justificativa tradicional para defender os acordos de livre comércio e suas vantagens para todas as nações parece não encontrar respaldo em dados empíricos.

Isso já deveria servir de alerta para os que defendem que o Brasil integre, o mais rápido possível, acordos de livre comércio negociados, tanto no âmbito da OMC quanto em negociações bilaterais. É preciso, no entanto, ir um pouco mais fundo no caso da economia brasileira para ter claro que o assunto é mais complexo do que sugere a teoria das vantagens comparativas e que os resultados de uma maior abertura ao comércio internacional não implica, necessariamente, em ganhos para a maioria ou a média dos agentes econômicos nacionais. Pior: como abrir mais uma economia que já é internacionalizada? A próxima seção tratará exatamente dessa questão.

4. O BRASIL COMO ECONOMIA FECHADA

O Brasil, desde o início da sua industrialização, é criticado por vários economistas como um país fechado, pouco afeito à competição internacional¹⁴. A afirmação desses especialistas sustenta-se basicamente na observação da relação entre o valor da corrente de comércio brasileiro (exportação mais importação) e o valor do produto interno bruto. De acordo com este critério, conhecido como grau de abertura, o país seria uma das economias mais fechadas do mundo, gerando baixa exposição das empresas brasileiras à moderna e elevada produtividade disponível no mundo o que, por consequência, reduziria os mercados para a colocação dos produtos nacionais no exterior.

Como visto na seção anterior, os liberais acreditam que a única solução possível para um quadro de fechamento econômico seria, naturalmente, a abertura comercial capaz de empurrar empresas e empresários a buscar o investimento, a modernização e a tecnologia

¹⁴ Um bom resumo dessas posições foi observado no evento *The role of the WTO in the 21st century: launching of the WTO chair in Brazil*, realizado em 2014 na EESP-FGV. Nele, acadêmicos, ex-embaixadores e nomes ligados à indústria brasileira aconselharam o Brasil a abrir sua economia ao livre mercado. Endereço eletrônico: <http://ccgi.fgv.br/sites/ccgi.fgv.br/files/file/Events/WTO%20Chair%20Launching-December%205-2014-FGV.pdf>.

como estratégias de sobrevivência e crescimento¹⁵. Assim, ao fim e ao cabo, se nos primeiros tempos da reforma comercial, poderiam ser vistos alguns efeitos perversos resultantes dos ajustes (desemprego, vendas de empresas nacionais ao capital estrangeiro, perda de valor adicionado e déficit na balança comercial), logo a economia seria recomposta e os patamares de produtividade seriam aos poucos elevados, comandando a absorção da mão de obra possivelmente desempregada no período necessário de ajuste. Em outras palavras, o início difícil e necessário de ajuste e readequação da atividade produtiva seria compensado, no longo prazo, segundo os livre-cambistas, com maior produtividade, elevação da renda e exportações.

A comparação internacional parece lhes dar razão (tabela 3). A maioria das nações importantes para o comércio exterior do país possui grau de abertura significativamente maior do que o brasileiro. Isso é fácil de verificar nos BRICS (África do Sul: 63,4%; Rússia: 41,3%; China: 45,0%; e Índia: 41,5%.) e nos países ricos (França: 46,0% e Alemanha: 72,7%) (WTO, 2014). A economia brasileira seria, portanto, fechada, o que terminaria por inviabilizar, ao menos no longo prazo, segundo liberais, o crescimento da renda e do produto do país.

Tabela 1 - Comércio exterior sobre PIB de países selecionados, 2009-2013

(em percentual)

	Mundo	América Latina				BRICS*				Países ricos			Outros	
		BRASIL	Chile	Argentina	México	África do Sul	Índia	Rússia	China	França	Alemanha	Estados Unidos	Austrália	Coreia do Sul
2009	43,0	17,7	57,0	25,0	52,6	47,8	30,9	40,5	44,2	39,9	62,0	18,5	34,5	76,1
2010	47,7	18,4	59,9	27,0	57,9	51,5	33,7	42,6	50,1	44,2	70,0	21,7	36,3	81,5
2011	51,6	19,9	62,2	28,4	60,7	57,7	40,8	44,4	49,7	47,3	75,2	24,1	37,1	89,8
2012	50,8	21,2	59,4	24,6	63,3	59,4	42,3	42,9	47,0	47,6	75,0	23,9	33,8	87,3
2013	50,3	21,9	56,2	25,4	61,2	63,4	41,5	41,3	45,0	46,1	72,7	23,3	31,7	82,4

* O Brasil já aparece na Terceira coluna da tabela.

Fonte: Elaboração própria, a partir de dados da WTO (2014).

O problema é que vários economistas concordam que o país, nas últimas duas décadas, mudou de patamar quanto à abertura comercial [Filgueiras (2000), Castro (2005)]. Por exemplo, se em 1996, a corrente de comércio representava em torno de 12% do PIB, em 2004, o Brasil chegou a um grau de abertura perto de 24%. Hoje, a taxa alcança pouco menos de 22% (WTO, 2014).

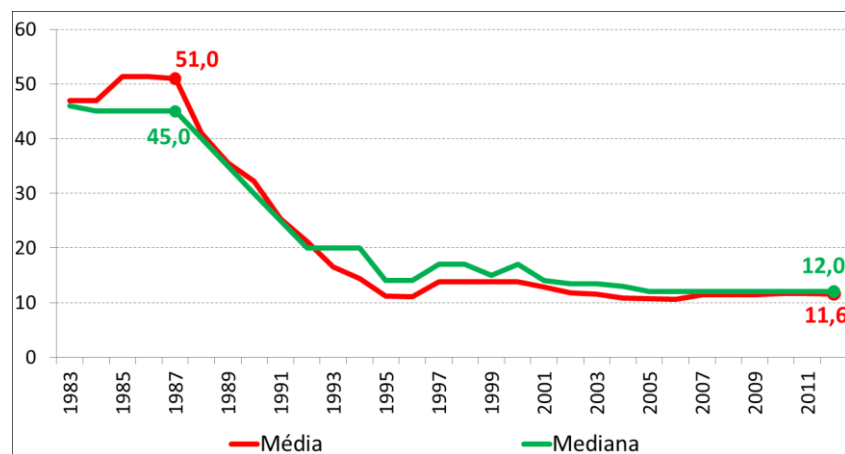
¹⁵ Para os liberais mais radicais, a abertura, se associada a um Estado que cuide apenas de suas tarefas clássicas como manutenção da ordem, segurança, contratos e, só talvez, educação, teria seus efeitos potencializados e o tempo necessário aos ajustes na produção e no consumo seriam drasticamente reduzidos.

Assim, sem entrar no debate sobre o que significa “longo prazo” para os liberais, principalmente quando, na sucessão de curtos prazos, está suposta a condição *coeteris paribus*, é necessário questionar se a conclusão sobre o Brasil ser uma economia fechada sustenta-se, quando se agregam mais critérios e itens da realidade à análise. Por exemplo, basear a afirmação sobre o grau de abertura de uma economia apenas no critério que compara corrente de comércio e PIB, implica em dizer que os Estados Unidos e Brasil são fechados, pois ambos apresentam grau de abertura pouco maior do 20% (Estados Unidos: 23,3%; e Brasil: 21,3%) (WTO, 2014). Assim, economias bastante diferentes, com inserções internacionais díspares, observadas por aquele único critério tradicional, seriam semelhantes na importância que as trocas internacionais têm em suas respectivas economias.

Desse modo, se forem somados novos itens para julgamento, será possível perceber que o Brasil mudou muito desde os graves problemas que viveu durante os anos 1980, período de crise da dívida externa. É possível, por exemplo, observar que as tarifas de importação caíram, em média, de 47% em 1983, para 21% em 1992, 14% em 2000 e 11,6% em 2012 (SECEX/MDIC, 2014).

Gráfico 1 - Evolução da alíquota *ad valorem* de importações brasileiras, 1992-2014

(em porcentagem)



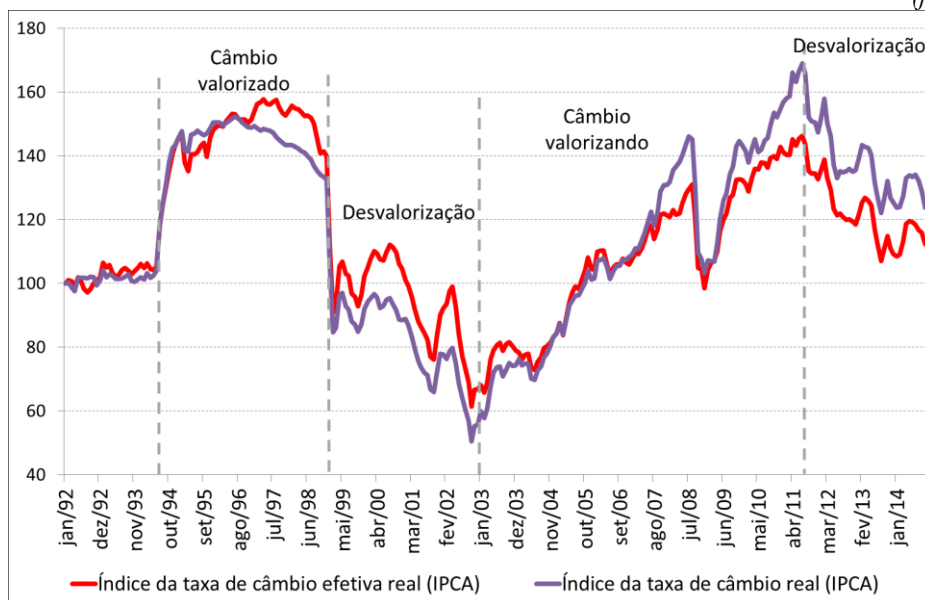
Fonte: Elaboração própria, a partir de dados do MDIC/SECEX (2014).

Apesar da redução significativa da alíquota de importação, a tarifa é ainda considerada elevada por vários analistas que investigam o comércio exterior brasileiro (Valls, 2010). No entanto, observando o gráfico 8, é inevitável dizer que 11% de proteção tarifária é irrelevante, pois a valorização da moeda nacional frente ao dólar durante quase 15 anos, ao baratear qualquer produto importado, superou de longe a proteção *ad valorem* imposta sobre as compras no exterior. Por exemplo, comparada com janeiro de 1992, a sobrevalorização chegou a 30% entre 1994 e 1998 e, a partir de 2003, cresceu novamente e voltou a superar a

casa dos 20%. O ponto perde ainda mais importância quando se observa que as tarifas, hoje, têm pouco impacto no comércio internacional (Thorstensen, Ferraz e Marçal, 2014).

Gráfico 2 - Evolução da taxa de câmbio real e efetiva real, 1992-2014

(jan/1992 = 100)

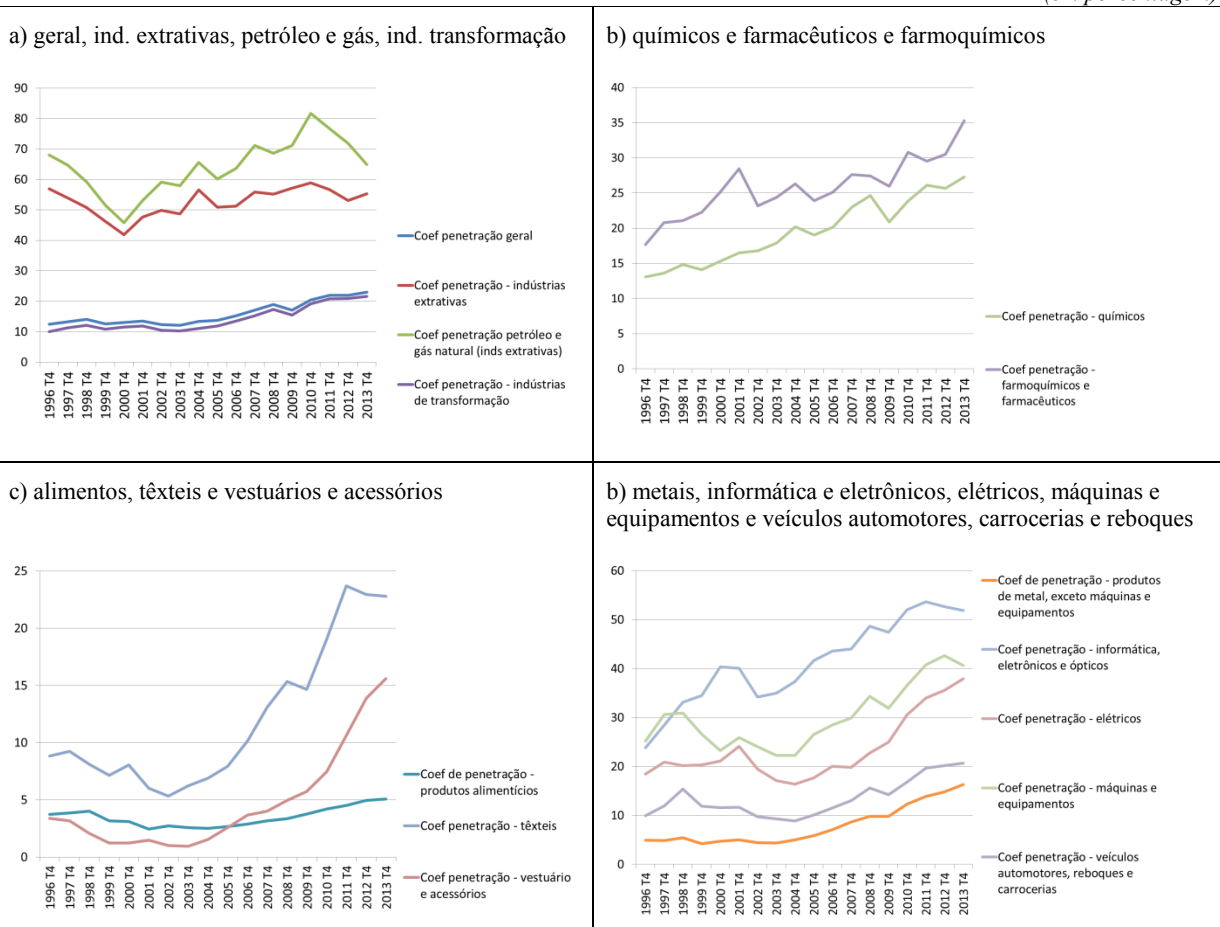


Fonte: IPEADATA (extraído em 01/12/2014).

Os números apresentados acima já deveriam colocar dúvidas sobre a realidade de o Brasil ser uma economia fechada. Todavia, outros resultados continuam a contradizer as afirmações sobre o isolamento comercial do país. Por exemplo, os economistas que acreditam ser o Brasil um país de economia fechada não podem esperar que a importação possa crescer, ocupando espaços cada vez maiores no consumo nacional. Contudo, o coeficiente de penetração das importações, isto é, o percentual de produtos ofertados no mercado nacional cuja origem é uma importação, cresceu com vigor, principalmente a partir de 2003 (CNI, 2014). São casos típicos (e não exceções) o que se observa nos setores elétrico, químico, farmoquímico e farmacêutico, informática, eletrônicos e ópticos, têxtil, veículos automotores, vestuário e acessórios, entre outros, que viram, entre 1996 e 2013, duplicar a parcela de importados na oferta local de bens. No estratégico setor de máquinas e equipamentos, o mesmo coeficiente subiu mais de 60% (gráfico 9).

Gráfico 3 – Coeficiente de penetração de importações - diversos setores, 1996-2013

(em porcentagem)



Fonte: Elaboração própria, a partir de dados da CNI (2014).

Há números, porém, ainda mais enfáticos que falseiam a hipótese de o Brasil ser uma economia fechada. Na verdade, os resultados apontam o contrário: a economia brasileira já é internacionalizada. Por exemplo, estudos levados a cabo por professores da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) mostram que, em 2002, 47,5% das vendas realizadas pelas 500 maiores empresas do país concentravam-se em companhias definidas como estrangeiras¹⁶. Número muito semelhante se repete em 2010, quando o percentual sobe para 48,5%. Mais: observando a tabela 3, é possível destacar a elevada participação das empresas estrangeiras nas importações e exportações do Brasil. Como se vê, exceto pelo ano de 2010, quando o país recuperou-se dos impactos mais agudos da crise internacional, é visível o crescimento das empresas estrangeiras no total exportado e importado pelas companhias residentes no país (Banco Central do Brasil, 2014).

¹⁶ O percentual exclui a Petrobrás, BR Distribuidora e Vale do Rio Doce.

Tabela 3 - Exportação e importação das empresas brasileiras, 1995 - 2010

Discriminação	(US\$ milhões)			
	1995	2000	2005	2010
a. Exportação de bens e serviços de empresas estrangeiras	21 745	33 250	64 966	86 607
b. Importação de bens e serviços de empresas estrangeiras	19 371	31 553	45 451	95 924
c. Exportação de bens e serviços de empresas residentes*	50 333	62 237	129 303	226 286
d. Importação de bens e serviços de empresas residentes*	58 523	67 463	91 295	224 868
f. Exportação de bens e serviços de estrangeiras sobre total (a/c)	43,2%	53,4%	50,2%	38,3%
g. Importação de bens e serviços de estrangeiras sobre total (b/d)	33,1%	46,8%	49,8%	42,7%

* Exclui serviços governamentais e serviços de viagens internacionais.

Fonte: Elaboração própria, a partir de dados do Banco Central do Brasil (2015).

Tudo isso, na verdade, não deveria ser surpresa, posto que são as companhias forâneas que lideram os setores mais importantes da economia, marcadamente na indústria. No setor automotivo, por exemplo, reinam Volkswagen e Mercedes-Benz (Alemanha), Ford e GM (EUA) e Fiat (Itália). As novatas chinesas disputam, com as francesas, maior espaço. O mesmo acontece nos defensivos agrícolas: Monsanto, Dow e Dupont (EUA), Syngenta (Suíça) e Basf e Bayer (Alemanha). Ou no setor eletroeletrônico, ou bens de capital ou alimentos ou outros. O mais importante é que tal liderança implica que, dado o caráter de oligopólio mundial dessas empresas, suas decisões, plano e estratégias pouco se referem à economia do Brasil. Suas escolhas para o país são definidas a partir dos parâmetros de sua inserção no mercado mundial e da lógica da concorrência internacional (Furtado, 1974).

Sendo assim, como falar, então, em economia fechada?

A hipótese de o Brasil viver relativo isolamento comercial, no entanto, fragiliza-se uma vez mais ante dois efeitos da liderança das ádvenas transnacionais. O primeiro revela que a liderança dos oligopólios estrangeiros nos setores mais importantes da produção industrial determina, desde o exterior, as tecnologias empregadas no país (máquinas, equipamentos, processos, *design*, etc.) (Merhav, 1987). Levando-se em conta que a tecnologia é um fenômeno com forte *path dependence*, deduz-se que não se trata apenas da técnica utilizada hoje, mas, sim, da própria trajetória tecnológica do país que passa a ser determinada desde fora, em um laço de dependência que se renova a cada nova leva de investimentos estrangeiros e nacionais feitos no país.

O segundo efeito reconhece que a lógica competitiva mundial, construída por essas líderes, não pode prescindir do avanço sobre mercados e, por isso, inspiram a demanda de bens e serviços através da propaganda, reforçada pela exportação de padrões culturais (Furtado, 1978). Com esse esforço, até hoje logrou-se inspirar semelhantes desejos de

consumo nas mais diversas sociedades comercialmente integradas. Naturalmente, aqui não é diferente.

O Brasil, destarte, está integrado aos processos produtivos dos oligopólios internacionais que lideram a produção mundial. Não pode ser, portanto, e os números o demonstram, um país fechada ao mundo e, menos ainda, avesso ao capital transnacional. A conclusão derivada dos números e fatos discutidos acima informa que a economia, na verdade, é internacionalizada. Pelo contrário. Isso não implica afirmar, porém, que o Brasil não esteja desperdiçando oportunidades de exportação, vendas, geração de emprego e renda a partir do comércio exterior. A questão, todavia, é que não será a abertura comercial simples que trará negócios lucrativos ao país, gerando ganhos para a maioria da população.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O debate acerca da inserção do Brasil no fluxo econômico internacional surge, do texto acima, como um tema ainda longe de gerar convergência interpretativa. Há ainda muita névoa ideológica nublando entendimentos e misturando-se com afirmações, de ambos os lados, carregadas de cientificidade. Por enquanto, o debate ainda está, aparentemente, pejado de preocupações de grupos com interesses específicos e precisa continuar em pauta para que consensos emerjam.

O mais importante aqui, todavia, é separar o joio do trigo e deixar claro que *não* discute se o Brasil deve ter mais ou menos comércio internacional. A preocupação deste trabalho foi defender uma posição analítica sem pressa, evitando esbarrar em simplificações exageradas de problemas intrincados, algo que comumente leva a interpretações equivocadas de realidades compósitas e labirínticas. De outro modo, como já observou Chang (2004), visões esquemáticas que ignoram conteúdos complexos costumam conduzir a proposição de políticas econômicas insustentáveis que nunca, nenhum país rico aplicou em sua decolagem para o desenvolvimento.

Foi exatamente em razão dessa preocupação que este artigo debruçou-se sobre a pergunta: será o Brasil uma economia fechada? As observações que compõem o trabalho negam essa hipótese. Na verdade, o Brasil nasce economicamente internacionalizado e, assim, comporta-se até hoje, exceto por alguns poucos anos em virtude de guerras. Em outras palavras, como observa Furtado (2009), o Brasil é fruto da expansão marítima europeia e sua

evolução econômica, até a industrialização, respondeu às demandas e desenvolvimento do Velho Continente.

Seria até possível imaginar que, com as mudanças econômicas após 1930, o país seguisse uma trilha de distanciamento em relação aos países mais ricos, em busca de maior autonomia. Cardoso e Faletto (2004) e Pinto (2000), entretanto, não permitem ilusões: o Brasil continuou internacionalizado e dependente, embora de uma forma moderna, diferente do mero papel de colônia.

O quadro permite inclusive aventar uma hipótese explicativa. Se o Brasil possui, há décadas, um grau de abertura relativamente baixo quando comparado com os países dos BRICS, por exemplo, isso parece sustentar-se sobre suas causas. Primeiro, a história da industrialização brasileira contou com transnacionais estrangeiras para formar setores dinâmicos ainda hoje dominados por capitais forâneos. Esses capitais foram atraídos em razão da proteção comercial oferecida desde a segunda metade dos anos 1950s, do incentivo à entrada de máquinas e equipamentos, mesmo que usados¹⁷, do crescimento rápido apresentado pelo Brasil e pelo interesse em estar presente no que parecia ser a nova fronteira da expansão industrial mundial. Logo, são empresas que não vieram ao país para produzir bens de ponta tecnológica. O objetivo das empresas era amortizar capital e embolsar lucros. Criaram, com apoio do governo, redes de fornecedores internos e ocuparam um mercado em expansão inteiramente disponível para seus produtos. Suas margens de lucro por unidade produzida, naturalmente, foram beneficiadas.

Dentro dessa lógica, somado às turbulências vividas pelo país desde 1980, não há porque esperar que as companhias aqui instaladas alterem, senão muito lentamente, suas posições no mercado. Em outras palavras, não se deve ter expectativa que integrem cadeias globais de valor rapidamente.

Segundo, essa evolução histórica explicaria porque o grau de abertura brasileiro é relativamente baixo. As empresas brasileiras, não estando fortemente incluídas em cadeias globais de valor, não demandam o volume elevado de importações de bens intermediários e nem alcançam exportações do mesmo tipo de bens tal como ambicionado pelos economistas liberais. Mais, sendo o Brasil um grande exportador de *commodities* e outros bens intermediários simples, reforça o motivo para as empresas não procurarem lá fora o que podem comprar aqui dentro a preços competitivos.

¹⁷ Instrução SUMOC 113. Ver, Pinho Neto (1992) e Orenstein e Sochaczewski (1992).

Diante disso, não deveria espantar que o país possua a relação corrente de comércio sobre PIB relativamente baixa. Ao contrário, isso é esperado e, aos poucos, para o bem ou para o mal, está mudando.

De qualquer modo, *não é possível pretender que o livre comércio melhore o bem estar dos brasileiros se o Brasil já é uma economia internacionalizada*. O que parece faltar de fato ao país *não é abrir sua economia, mas reposicioná-la para fazer, do comércio exterior, uma fonte de riqueza*. Em outras palavras, o país precisa construir uma nova inserção internacional, onde exportar bens industrializados seja a meta, principalmente a partir de produtos de alto valor agregado, se possível utilizando tecnologia nacional. Para tanto, a política industrial, subordinada a um plano de desenvolvimento, precisa estar entre as prioridades do debate econômico. Deste modo, se este é o futuro que se quer, *será preciso construí-lo e o planejamento, a inteligência estratégica e a coordenação entre as agências do governo e a indústria brasileira* parecem ser o melhor caminho a ser trilhado.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMARAL, Manuela K. *O desafio do “protecionismo privado” e as regras multilaterais de comércio da OMC*. *Revista Brasileira de Comércio Exterior*. Rio de Janeiro, n. 115, p. 56-79, abr-jun/2013;

AMORIM, Ricardo L.C. *Década de 1990: a modernização conservadora do Brasil*. Brasília: sd (mimeo);

AMORIM, Ricardo L.C. *O emprego no pensamento econômico da CEPAL*. 2002. 152 f. Dissertação (Mestrado em Teoria Econômica) – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2002;

AMORIM, Ricardo L.C. *Os limites do modelo de crescimento recente*. In: *Encontro Nacional de Economia Política, XX*, 2015, Foz do Iguaçu. Uberlândia: SEP, 2015. Disponível em: <http://www.sep.org.br/artigos/download?id=2851> . Acesso: 16/07/2015;

BANCO CENTRAL DO BRASIL. *Censo de Capitais Estrangeiros (resultados 2010-2012)*. Disponível em: http://www.bcb.gov.br/Rex/CensoCE/port/resultados_censos.asp?idpai=CENSOCE . Acesso em: 04/07/2015;

CANONNE, Amélie e TYSZLER, Johan. *Europeus desafiam o livre comércio*. *Le Monde Diplomatique Brasil*. São Paulo, n. 99, p. 18-19, outubro/2015;

CARDOSO, Fernando e FALETTO, Enzo. *Dependência e Desenvolvimento na América Latina*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004;

CASTRO, Lavínia B. *Privatização, abertura e desindexação: primeira metade dos anos 1990*. In: GIAMBIAGI et al. *Economia brasileira contemporânea (1945-2004)*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005;

CHANG, Ha-Joon, *Bad samaritans: rich nations, poor policies, and the threat to the developing world*. Londres: Random House Business Books, 2007;

CHANG, Ha-Joon. *Chutando a escada: a estratégia do desenvolvimento em perspectiva histórica*. São Paulo: Editora UNESP, 2004;

CHESNAIS, François. *A mundialização do capital*. São Paulo: Xamã, 1996;

CNI. *Coefficiente de penetração*. Disponível em: <http://www6.sistemaindustria.org.br/gpc/externo/estatisticaAcessoSistemaExterno.faces>. Acesso em: 01/12/2014.

CORONEL, Daniel et al. *Política industrial e desenvolvimento econômico: a reatualização de um debate histórico*. *Revista de Economia Política*. São Paulo, vol. 34, n. 1, p. 103-119, ja-mar/2014;

CANONNE, Amélie e TYSZLER, Johan. *Europeus desafiam o livre comércio*. *Le Monde Diplomatique Brasil*. São Paulo, n. 99, p. 18-19, outubro/2015;

FILGUEIRAS, Luis. *História do Plano Real*. São Paulo: Boitempo, 2000;

FURTADO, Celso. *Criatividade e dependência na civilização industrial*. São Paulo: Paz e Terra, 1978;

FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil (Edição comemorativa: 50 anos)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009;

FURTADO, Celso. *O Mito do desenvolvimento econômico*. São Paulo: Paz e Terra, 1974;

IBRE. *O Brasil ainda é uma economia fechada, e isso não é bom para o desenvolvimento*. *Conjuntura Econômica*, Rio de Janeiro, p. 06-09. Novembro de 2013. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rce/article/viewFile/21267/20016>. Acesso em: 16/06/2015;

IPEA. *Macroeconomia para o Desenvolvimento: crescimento, estabilidade e emprego*. Brasília: Ipea, 2010;

IPEADATA. *Taxa de câmbio rela e real efetiva*. Disponível em: <http://www.ipeadata.gov.br/>. Acesso em: 01/12/2014;

KRUGMAN, Paul e OBSTFELD, Maurice. *Economia Internacional: teoria e política*. 5.ed. São Paulo: Makron Books, 2001;

KRUGMAN, Paul. (1981). *Intra-industry specialization and the gains from trade*. *Journal of Political Economy* 89(5): p. 959–973.

LELIS, Marcos, CUNHA, Andre e LIMA, Manuela. *The performance of Chinese and Brazilian exports to Latin America, 1994-2009*. *Revista de la CEPAL*, n. 106, p. 55-73, abr/2012;

MDIC/SECEX. *Tarifa média e mediana*. Disponível em: www.mdic.gov.br-arquivos-dwnl_1379082209.pdf . Acesso em: 01/12/2014;

MERHAV, Meir. *Dependência tecnológica: monopólio e crescimento*. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais (Vértice), 1987;

NUNES, Avelãs. *Uma introdução à economia política*. São Paulo: Quartier Latin, 2007;

OCDE. *Mapping Global Value Chains*. Paris: OCDE, 2012. Disponível em: http://www.oecd.org/dac/aft/MappingGlobalValueChains_web_usb.pdf ; Acesso em: 18/09/2014 ;

ORENSTEIN, Luiz e SOCHACZEWSKI, Antonio. *Democracia com desenvolvimento: 1956-1961*. In: ABREU, Marcelo. *A ordem do progresso: cem anos de política econômica republicana (1889-1989)*. Rio de Janeiro: Campus, 1992;

PINHO NETO, Demósthene. *O interregno Café Filho: 1954-1955*. In: ABREU, Marcelo. *A ordem do progresso: cem anos de política econômica republicana (1889-1989)*. Rio de Janeiro: Campus, 1992;

PINTO, Anibal. *Natureza e implicações da 'heterogeneidade estrutural' da América Latina*. In: Bielschowsky, Ricardo. *Cinquenta anos do pensamento da CEPAL*. Rio de Janeiro: Record, 2000;

PORTER, Michael. *Vantagem competitiva: criando e sustentando um desempenho superior*. 15. ed. Rio de Janeiro: Campus, 1989;

SMITH, Adam. *Inquérito sobre a natureza e as causas da riqueza das nações*. (volume 1). 2.ed. Lisboa: Fund. Calouste Gulbenkian, 1987;

THORSTENSEN, Vera, FERRAZ, Lucas e MARÇAL, Emerson. *Trade rules and Exchange rate misalignments: in search for a WTO solution*. *Revista de Economia Política*, São Paulo, v. 34, n. 3, p. 370-395, jul-set/2014;

VALLS, Lia. *Abertura comercial e tarifas de importação no Brasil*. *Conjuntura Econômica*. Rio de Janeiro, p. 70-75, agosto de 2010. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rce/article/download/23525/22832>. Acesso em: 01/04/2014;

WILLIAMSON, John. *A economia aberta e a economia mundial*. 1.ed. Rio de Janeiro: Campus, 1988;

WTO. *Comércio exterior sobre PIB*. Disponível em: <http://stat.wto.org/CountryProfile/WSDBCountryPFHome.aspx?Language=E> . Acesso em: 01/12/2014.

Artigo recebido em outubro de 2015 e aceito em novembro de 2015.